

PMDB, agora mais parecido com PDS

A magnitude do descontentamento dos brasileiros em relação ao seu governo pressiona cada vez mais o principal partido do País — o PMDB — no sentido de cumprir aquilo que ficou pactuado entre Tancredo Neves e seu grupo com o eleitorado.

Muitos procuram ignorar o que foi acordado naquela oportunidade, porém está fresca na memória das pessoas a condição de governo de transição, com um mandato de quatro anos, proposta pela Aliança Liberal aos que a apoiavam — e nesse apoio se engajara a grande maioria da população.

Nossa história ensina que o descumprimento de um pacto, sobretudo quando proposto pelas lideranças nacionais, costuma oferecer resultados danosos à estabilidade do País. Foi o que aconteceu na Revolução de 30, quando a Aliança Liberal — incrível, é o mesmo nome! — saiu da conspiração para a ação e estimulou Getúlio Vargas a partir do Sul, com as tropas revoltosas, em direção ao Rio de Janeiro.

Os militares, que sempre se colocaram na posição de árbitros finais da política interna brasileira, acabaram convencendo Washington Luiz a deixar o cargo e constituíram uma junta militar que governou o País durante dez dias, entregando o poder, finalmente, a Getúlio Vargas.

Pois bem, aquele era um governo de transição, destinado a promover modificações sociais, econômicas e políticas, encerrando definitivamente a República Velha. Mas o que era transitório tendeu a tornar-se perene, porque o governo provisório se enfeitara de amplos poderes e dava mostras de querer perpetuar-se. Isso provocou o surgimento de nova crise, que desaguou inicialmente na Revolução de 1932, pelo inconformismo dos paulistas, ansiosos por uma Constituição, e depois no Estado Novo e na ditadura.

Curiosamente, o governo atual também assumiu o compromisso de mudanças e a característica da transitividade, porém, descumprindo a proposta lançada à Nação e avalizada pelos brasileiros, nada mudou — a não ser para pior — e ainda por cima se dispõe a permanecer por tempo maior ao que ficou pactuado.

De fato, o presidente José Sarney assumiu com a consciência de que seu governo se estenderia pelo prazo de quatro anos, com o qual ele próprio concordara no decorrer da campanha, mas sua vontade mudou depois que se sentou na cadeira de comando e agora pretende continuar um ano além (e quem sabe mais) daquilo que estava pactuado.

É nesse prazo de duração de seu mandato que se situam, erroneamente, as discussões presentes. Antes mereceria a atenção a qualidade da obra que vem realizando, para sufoco de todos nós, porque a extensão de seu mandato é matéria preciosa, que já foi objeto de discussão e decisão anteriores. Não se deve admitir que o presidente permaneça no poder sequer um dia a mais daquilo que ficou pactuado; da parte dele significa uma violência pretender continuar por mais tempo.

Nos tempos da ditadura militar

— a última —, os peemedebistas castigavam a fúria legisferante do PDS com a qualificação de "casuístas". Essa virou uma palavra da moda, usada com frequência para criticar as modificações que a ditadura fazia na Constituição e na legislação ordinária com o propósito de manter-se no poder.

Agora, uma comprovação de que são mais iguais do que diferentes de seus colegas do PDS, os peemedebistas mostram-se movidos politicamente por contingências do momento e, em particular, por interesses pessoais. Assim, quem se sente mais forte eleitoralmente aspira pelas eleições diretas no próximo ano e defende um mandato de quatro anos para Sarney; e quem vive as dificuldades do presente empurra o pleito para 1989, fixando-se em cinco anos.

Essa divisão "casuística" dos peemedebistas, além de servir para mostrar sua face pedesista, afasta as discussões sobre o momento delicadíssimo da vida brasileira e contribui para tumultuar os trabalhos da Constituinte. Quem teve sensibilidade para o problema foi o senador José Richa, que chegou a propor sua paralisação temporária, como forma de fazer com que os deputados e senadores passassem a engergar aquilo que está à sua frente mas continua a ser ignorado.

Em contrapartida, afetados igualmente por esse tipo de cegueira, o presidente José Sarney e o multipresidente Ulysses Guimarães parecem usar lentes especiais, que servem para aumentar ou diminuir aquilo que focalizam. É impossível não sentirem que a qualidade do governo que oferecem conduz a um descontentamento perigoso e crescente.

Sim, políticos tarimbados, ambos estão fartos de perceber que o País caminha em linha reta para o impasse político, econômico e social, do qual a violência urbana e os saques são apenas um alerta. Se realmente fossem patriotas, não fugiriam ao compromisso que assumiram em praça pública, quatro anos atrás, no sentido de realizar um governo de quatro anos, de transição para a democratização, e não um governo de transição para outra ditadura.

O mais grave é que Sarney e Ulysses se transformam, quem sabe conscientemente, em massa de manobra para líderes populistas como Leonel Brizola e Lula, porque, na medida em que se afastam dos compromissos assumidos com os brasileiros, entregam a bandeira da renovação e das eleições diretas aos grupos de esquerda. Será que isso ocorre por acaso?

É difícil saber o que se passa no íntimo das pessoas, mas, se fosse possível, por artes inimagináveis, descobrir o que anda pela cabeça do presidente e do multipresidente, talvez ficássemos todos perplexos. Nenhum deles parece interessado em melhorar a qualidade de vida no Brasil ou em cumprir aquilo que os romanos, por dar valor à palavra empenhada, chamavam de pacta sunt servanda, ou seja, o que foi contratado deve ser cumprido. Ambos fingem não perceber que não estão

A.T.C.